



**Comissão de Legislação, Justiça e Redação
Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas
Comissão de Serviços Públicos**



**PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA
DO PROJETO DE LEI N.º 77/2002**

RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 77/2002, de autoria do Prefeito Municipal, que "*Autoriza o Poder Executivo a conceder Gratificação Temporária de Incentivo à Docência para Professor II do Quadro do Magistério do Município de Indianópolis*", estrutura-se em 3 (três) artigos, tratando, o primeiro, da autorização para que o Prefeito Municipal conceda, aos Professores II da rede municipal de ensino, Gratificação Temporária de Incentivo à Docência, em valor equivalente a 40% (quarenta por cento) do vencimento base da categoria.

O § 1.º estabelece que a referida gratificação será paga mensalmente, ao Professor II, em exercício nas unidades de ensino do Município de Indianópolis.

O § 2.º trata da extinção da gratificação objeto do projeto de lei em questão, que se dará quando da entrada em vigência do Plano de Carreira do Magistério, não resultando dela nenhum direito a integração no vencimento do Professor II.

O art. 2.º indica que as despesas decorrentes da presente lei serão suportadas por dotações próprias do orçamento vigente.

Por fim, o art. 3.º trata da entrada em vigor do referido diploma legal.

FUNDAMENTAÇÃO

Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Primeiramente, verifica-se que foi observado o pressuposto da competência legislativa, uma vez que a matéria de que trata o referido projeto de lei, além de ser de nítido interesse local, enquadra-se na competência privativa do Prefeito Municipal, por tratar-se de assunto relacionado à remuneração de servidores municipais.

A proposição em questão visa a concessão de gratificação temporária de incentivo a docência aos Professores II do quadro do magistério do município.

A concessão da referida gratificação não encontra nenhum tipo de obstáculo legal, até mesmo porque, em estudo fornecido pela Prefeitura Municipal, foram acostados aos autos, documentos que comprovam a situação de defasagem salarial em que os referidos servidores se encontravam.

Por outro lado, verifica-se que a gratificação tem caráter temporário, visando conceder o benefício por tempo determinado, ou seja, somente até a entrada em vigor do Plano de Cargo e Carreira dos Servidores do Magistério.

Longe de ferir o princípio da isonomia salarial, até mesmo porque cada grupo de servidores do município desenvolve atividades peculiares e sob condições próprias, o interesse da concessão da referida gratificação é, ao que parece, repor perdas salariais dos servidores beneficiados, em atendimento ao disposto no inciso XV da CF/88.

Verifica-se, ainda, que por contar com dotação orçamentária própria e vir acompanhada de documentação contábil bastante para comprovar a obediência aos limites legalmente previstos, o projeto de lei em questão não viola o ordenamento jurídico positivo.



Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

Comissão de Legislação, Justiça e Redação
Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas
Comissão de Serviços Públicos



No limite de sua competência, definida no Regimento Interno da Câmara Municipal de Indianópolis, esta comissão emite seu parecer ao Projeto de Lei n.º 77/2002, fundando-se nos seguintes argumentos:

Primeiramente, é importante considerar que foi suficientemente provado, quando da aprovação da primeira Gratificação Temporária de Incentivo a Docência, que a remuneração do cargo Professor II da rede municipal de ensino encontrava-se em defasagem, se comparada aos anos anteriores.

Por outro lado, é importante considerar que a referida Gratificação representa valorização necessária dos profissionais de ensino do Município.

Portanto, a referida gratificação afigura-se adequada.

Comissão de Serviços Públicos

Nos limites de sua competência, esta Comissão emite seu parecer, nos seguintes termos:

A gratificação ora analisada tem como principal objetivo a reposição salarial sofrida pelos profissionais do ensino, desde a realização de concurso público, que provocou a redução drástica de seus vencimentos.


Os ocupantes do cargo de Professor II do Município merecem a reposição salarial objeto do projeto de lei em apreço, sendo importante ressaltar ainda que a referida gratificação será de fundamental importância, como incentivo ao exercício de suas atribuições.

CONCLUSÃO


Pelas razões anteriormente expostas, estas comissões, acolhendo o voto de seu relator, opinam pela aprovação do Projeto de Lei n.º 77/2002, podendo seguir sua tramitação regimental.

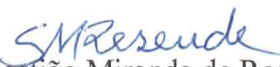
Sala das Reuniões, 9 de setembro de 2002.


Jackson José Alves da Silva
Relator/Membro CLJR


Clodoaldo José Borges
Presidente CLJR/Membro CSP


José Joaquim Pinto
Presidente CFOTC


Wanderley Pereira de Faria
Presidente CSP


Sebastião Miranda de Resende
Membro CLJR


Adailton Borges Amaro
Membro CFOTC


Leonardo Costa de Almeida
Membro CFOTC


Roberto Dias da Silva
Membro CFOTC

Aprovado em 9 / 9 / 02

por unanimidade


Presidente da Câmara